é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do C. P. Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do C. P. Penal;
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração;
- Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

7 de Dezembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Nuno Manuel Ferreira de Madureira*. — A Escrivã de Direito, *Maria Hortense Gomes Lourenço*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CANTANHEDE

Anúncio n.º 8689/2007

Insolvência requerida n.º 1427/06.0TBCNT

Credor: Hydro Building Systems — Sistemas de Alumínio Construção, L.^{da}

Insolvente: Serralharia Marialva, L.^{da}

Serralharia Marialva, L.^{da}, NIF — 505109492, Endereço: Zona Industrial I, Lote 2, 3064-909 Cantanhede.

Dr.ª Maria do Céu Carrinho, Endereço: R Seabra de Castro, Ed. São Gabriel Center, 2º S, 3780-238 Anadia.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

A) Cessação de todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência nomeadamente recuperando os devedores o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, nos termos do disposto no artigo. 233, n.º 1 alínea a) do CIRE;

B) Cessação das atribuições do Sr. Administrador da insolvência, à excepção das relativas à apresentação de contas;

C) O reconhecimento a todos os credores da insolvência da susceptibilidade de exercer os seus direitos contra a devedora, sem restrição e de reclamar dos devedores os direitos não satisfeitos, nos termos do disposto no artigo. 233, n.º 1, c) e d);

D) Que o Sr. administrador da insolvência dê observância ao disposto no n.º 5 do artigo. 233 CIRE;

E) A extinção da instância do processo de verificação de créditos;

F) O prosseguimento do incidente de qualificação com carácter limitado. (n.º 5, do artigo.233 CIRE).

3 de Dezembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sara André dos Reis Marques*. — O Oficial de Justiça, *Cândida Bessa*.

2611073677

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio (extracto) n.º 8690/2007

Processo 141/01.7TBCVL

Processo Sumário

Ref. — 1130895

O M.^{mo} Juiz de Direito Dr. Joaquim Borges Martins, do 1.º Juízo — Tribunal Judicial da Covilhã:

Faz saber que no Processo Sumário (artigo 381.º CPP) n.º 141/01.7PB-CVL, pendente neste Tribunal contra o arguido(a) Abel Francisco do Patrocínio Dias filho(a) de Serafim Francisco Dias e de Maria de Lurdes do Patrocínio Miguel Dias natural de: São Sebastião da Pedreira [Lisboa]; nacional de Portugal nascido em 01-11-1963 estado civil: Casado (regime: Desconhecido), profissão: Desconhecida ou sem Profissão, BI — 7840290 domicílio: Rua da Indústria, 38 — 4.º Esq., 6200-000 Covilhã, o qual se encontra condenado, por sentença de 21.05.2001, em

- Multa — 90 dias de multa à taxa diária de 2,49

- Pena acessória de proibição de conduzir veículos motorizados — Dois Meses e 15 dias, transitado(a) em julgado em 05-06-2001, pela prática do(s) seguinte(s) crime(s):

1 crime(s) de Condução de veículo em estado de embriaguez, p.p. pelo artigo 292.º, n.º 1, do C. Penal, praticado em 20-05-2001;

por despacho de 26-03-2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a CONTUMÁCIA, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

12 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Joaquim Borges Martins*. — O Escrivão-Adjunto, *Jorge Cunha*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 8691/2007

Processo: 7526/07.3TBLRA — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Insolvente: SOFTCRIS — Serviços Informáticos, Unipessoal, L.^{da}

No Tribunal Judicial de Leiria, 1º Juízo Cível de Leiria, no dia 07-12-2007, pelas 08,30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): SOFTCRIS — Serviços Informáticos, Unipessoal, L.^{da}, NIF — 506457842, Endereço: R D. Júlia das Dores Silva Crespo 137 Loja 0, Piso 1, 2400-000 Leiria com sede na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr.ª Maria do Céu Carrinho, Endereço: R Seabra de Castro, Ed. São Gabriel Centre, 2º S, 3780-238 Anadia legal representante da insolvente, Cristina Maria da Costa Lopes, residente na Rua Vale Sepal, lote 9, n.º 90, 5º Dtº, Marrazes, Leiria a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida. Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36º do CIRE. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789º do Código de Processo Civil (nº 2 do artigo 25º do CIRE). Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191º do CIRE Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (nº 1 do artigo 9º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

7 de Dezembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Fernando Jorge Prata Andrade*. — O Oficial de Justiça, *Olga Araújo*.

2611073678

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 8692/2007

Processo: 805/07.1TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Paulo Filipe Alves Carlos

Insolvente: Formato 6x6 Fotografia Lda Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 1º Juízo de Lisboa, no dia 30-11-2007, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Formato 6x6 Fotografia Lda, NIF — 505238810, Endereço: R. Guarda Jóias, Nº28 B, Ajuda, 1300 Lisboa, com sede na morada indicada.

é administrador do devedor:

Paulo Filipe Alves Carlos, Endereço: Rua Eng.º António Castelo Branco, 177 — 1º Frente, 2750-155 Cascais, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Emanuel Freire Torres Gamelas, Endereço: Rua Beatriz Costa, 14 — R/c Dto., 2610-195 Alfragide